

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ASSIMILAÇÃO CULTURAL NA SOCIEDADE GUIANENSE

PIEADA LINO VIDEIRA

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil

JOSÉ GERARDO VASCONCELOS

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil

ENILTON FERREIRA VIEIRA

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil

RESUMO: O artigo tem por objetivo suscitar uma reflexão acerca do sistema educacional francês, que foi baseado no princípio da igualdade. Esse princípio quando se aplica de maneira universalista e abstrata chega a ser considerado um sistema de domínio e de aculturação, assim como deixa de viabilizar a formação de uma identidade. No caso da Guiana, as discussões ultrapassam a raça e o racismo. Utilizamos a pesquisa qualitativa, a entrevista semiestruturada e a observação na coleta de dados. A pesquisa revelou que esse princípio aplicado de maneira abstrata inviabiliza discussões sobre direitos, raça e racismo, além de produzir desigualdades sociais. No sistema educacional exerce duplo papel de controle: o de manutenção da ordem social e o “civilizatório” que suprime as identidades negras, ao tempo que privilegia a hegemonia cultural francesa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Guiana Francesa; Princípio da Igualdade; Racismo.

INTRODUÇÃO

Apresentaremos alguns resultados da pesquisa de campo realizada na Guiana Francesa¹, com o intuito de conhecer e contextualizar a formação da sociedade guianense em relação ao princípio constitucional da igualdade, bem como de problematizar os impactos sociais decorrentes da sua aplicação. A Guiana Francesa é uma região ultramarina da França e região ultraperiférica da União Europeia, localizada na América do Sul, constituída demograficamente por uma maioria negra que apresenta índices de desenvolvimento humano inferiores às demais regiões que formam o bloco europeu.

O objetivo deste artigo é refletir sobre o sistema educacional francês, baseado no princípio da igualdade, aplicado de forma universalista e abstrata, utilizado como sistema de dominação e aculturação, bem como inviabilizar o processo de formação identitária que no caso da Guiana perpassa pelas discussões sobre raça e racismo.

O princípio da igualdade está insculpido no artigo 1º da Carta Magna francesa², originário da revolução oitocentista que adotou como lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” e positivado no artigo 2º do mesmo instrumento (FRANÇA, 1958). Compreender sua aplicação no contexto guianense pode contribuir para o

desenvolvimento da cultura jurídica e do ensino brasileiro ao introduzir visão diferente a idêntico princípio normatizado no direito brasileiro que evoluiu de uma perspectiva formal, estanque e universalista para uma interpretação material, ativa e substantiva e possibilitou o surgimento das chamadas ações afirmativas (BARBOSA, 2001). Em grande parte, devido às pressões dos movimentos sociais negros que clamavam por ver atendidas suas necessidades básicas de cidadania, igualdade, educação e bem-estar social.

Uma vez que a Guiana é um território localizado na Amazônia, cuja população é predominantemente negra, observamos que compreender os conceitos de cidadania, igualdade, educação e bem-estar social aplicados a ela, perpassa pela sua percepção como povo, sobre raça e racismo, ou seja, envolve compreender sua pertença racial, étnica e cultural.

Assim, algumas questões guiaram a elaboração deste texto, foram elas: como se construiu a sociedade guianense ao longo do tempo? Como o sistema educacional contribuiu para a percepção do guianense sobre sua cidadania francesa? Qual a percepção do guianense sobre raça e racismo? Desses questionamentos, originaram-se as seções deste artigo que, além da Introdução, assim se estrutura: 1 - Uma breve contextualização geográfica e histórica da Guiana Francesa; 2 - Educação como instrumento de assimilação cultural na sociedade guianense; 3 - Raça e racismo na Guiana Francesa: a busca de uma identidade nacional; e 4 - Considerações finais.

Em pesquisas preliminares, não identificamos trabalhos que tratam do princípio basilar da igualdade étnico-racial adotado pelo Estado francês, observado pelo prisma do povo guianense e envolvendo um território que é, ao mesmo tempo, geograficamente próximo do Estado brasileiro e pouco conhecido em suas práticas, cultura e história. Dois países, Brasil e Guiana Francesa, que guardam entre si a semelhança da identidade afro-amazônica e o compartilhamento da fronteira. Ressaltamos que o princípio em comento é reconhecido por juristas, dentre os quais Joaquim Barbosa (2001), como pedra fundamental da sociedade moderna, sendo, juntamente com os princípios da liberdade e da dignidade humana, precursor da cidadania como chave para alcançar o bem-estar social.

Outro fator é que a análise dogmática inerente ao estudo do Direito mostrou-se insuficiente para compreendermos a dinâmica social de uma comunidade complexa, rica e diversificada como a Guiana. Tornou-se necessária a escolha de um tipo de pesquisa adequado ao objeto do estudo. Marconi e Lakatos (2002, p. 19) descrevem que esse processo de escolha “[...] varia de acordo com o enfoque que o pesquisador queira demonstrar, obedecendo a interesses, condições e objetivos”. A pesquisa qualitativa possibilita “[...] interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. [Em que] Todo o empenho é investido para que o corpo e o sangue da vida real componham o esqueleto das construções abstratas”, como diz Malinowski (1984, p. 37), criando uma metáfora.

Minayo, Deslandes e Gomes (2008, p. 63) consideram relevante a escolha dos instrumentos de coleta de dados, pois “[...] dois são os instrumentos principais: a observação e a entrevista: a primeira é sobre aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento, a segunda tem como matéria-prima a fala de alguns

interlocutores". Os instrumentos sobreditos possibilitam captar as percepções do povo acerca de sua cidadania.

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DA GUIANA FRANCESA

Ao cruzarmos a fronteira brasileira pelo rio Oiapoque e adentrarmos à Guiana Francesa, somos invadidos por uma sensação de encantamento com a aparente dignidade vivida pela população negra. Observamos que o povo guianense tem, à disposição, bens de consumo variados, oportunidades de trabalho³ e saúde⁴. Além disso, é comum cruzarmos com negras e negros dirigindo carros modernos e em bom estado de conservação. Tudo isso nos leva a crer que os guianenses gozam da plenitude de sua cidadania e bem-estar social.

Entretanto, o simples trajeto de São Jorge do Oiapoque a Caiena, capital da Guiana, mostrou-se suficiente para percebermos que esse 'véu' pode encobrir diferenças e diferenciações, existentes na sociedade guianense, estruturadas e hierarquizadas sob pressupostos de raça e classe, com nítidas divisões entre: os franceses metropolitanos, os *créoles*⁵, os povos do rio, chamados *Bushi Conde Samá*⁶, entre os povos ameríndios; e entre os imigrantes das mais diversas cidadanias, porém predominantemente brasileiros, haitianos e surinameses (DUARTE, 2016).

Essas percepções, tornam-se sensíveis com a convivência, a observação e o diálogo com diversos atores da sociedade guianense. Nota-se ao longo do percurso até a capital, a quase inexistência de instalações fabris, de infraestrutura industrial ou rede de serviços. Diante desse cenário, no diálogo com nossa interlocutora, as questões foram se avolumando e tomando corpo, porém a questão central girava em torno de uma sociedade extremamente dividida entre seu pertencimento étnico-racial e a cidadania francesa.

Para compreender a Guiana Francesa, é necessário situá-la geográfica, histórica, social e culturalmente, isso porque sua colonização *sui generis* produziu impactos profundos nas memórias dos europeus, como colonizadores, dos africanos, como escravizados, e das comunidades que nela habitavam antes da colonização.

A Guiana Francesa oficialmente é um departamento ultramarino francês⁷; nessa qualidade, as pessoas nativas da Guiana são cidadãs francesas, consequentemente europeias, conforme previsto no artigo 73 da Constituição Francesa de 1958.

Geograficamente, a Guiana está localizada na Amazônia, no platô das Guianas na América do Sul; faz fronteira com o Brasil a Sul e a Leste (Amapá) e com o Suriname (antiga Guiana Holandesa) a Oeste, sendo que a Norte e a Leste são banhadas pelo Oceano Atlântico. Aproximadamente 90% do seu território é coberto por densa e preservada floresta equatorial, segundo dados do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE).

A moeda oficial é Euro e o idioma oficial é o francês, no entanto grande parte dos guianenses nativos fala o *créole*⁸ e, devido à intensa corrente migratória na região, existem outros idiomas circulantes de cada grupo específico, dentre eles o português brasileiro, cuja relevância tem aumentado no contexto escolar local em virtude da proximidade geográfica com o Brasil e da intensa corrente imigratória de brasileiros na região, principalmente oriundos da região Norte, segundo dados do Consulado Brasileiro na Guiana.

No contexto histórico, é de fundamental importância resgatar pontos relevantes no processo de colonização da Guiana. As dificuldades enfrentadas pelo colonizador francês para povoá-la, aliadas a acontecimentos mundiais historicamente conhecidos, como a Revolução Francesa e as guerras mundiais, resultaram num processo único de formação identitária que influencia toda a sua dinâmica social moderna. Não é nossa pretensão analisar com profundidade esses acontecimentos históricos, mas contextualizá-los, a fim de alcançar/apreender o sentimento dessa comunidade acerca de sua percepção de igualdade, dignidade e cidadania e consequentemente os impactos da materialização desses princípios na formação identitária da sociedade guianense.

A Guiana representou um grande desafio à colonização francesa. Os primeiros registros de incursão francesa foram em 1626, em Sinnamary, quando

[...] uma colônia de 26 homens comandada por um comerciante da cidade de Rouen (região da Normandia) de nome Chantail e por Chambaut, se estabeleceu às margens do rio Sinnamary, que deságua no mar a cinco graus e meio de latitude" (BRASIL, 2012, p. 128).

Em 1643, Poncet de Bretigny, governador da Colônia, desembarcou em Caiena, no comando de 300 homens, encontrando na região alguns franceses, últimos sobreviventes dos primeiros colonizadores que haviam abandonado Sinnamary (BRASIL, 2012). Segundo o relato, essa expedição foi dizimada devido ao enfrentamento com os indígenas e às condições climáticas. Dos 300 que haviam aportado na Guiana, restaram "[...] seis franceses em Caiena, quatro em Maraonni e sete no Suriname, sem qualquer provisão nem comodidades da França, reduzidos a viver de modo primitivo entre os selvagens, mais caridosos do que a companhia". (BRASIL, 2012, p. 130).

Em 1652, mais uma expedição com cerca de 500 pessoas chegou à Caiena e, novamente, em menos de um ano quase todos foram exterminados (BRASIL, 2012). Após esse empreendimento fracassado, a Guiana Francesa foi ocupada alternadamente por holandeses (1664), ingleses (1667), franceses, novamente holandeses (1674) e, por fim, franceses (1676) (BRASIL, 2012). A partir de 1676, o governo francês realizou incursões para o interior do continente que culminaram com a contenda entre Brasil e França acerca dos limites territoriais da Guiana, solucionada apenas com o Tratado de Utrecht em 1713. Porém, a Guiana novamente seria invadida por tropas portuguesas em 1809, em meio às guerras napoleônicas, sendo restituída à França em 1817, após a assinatura do Tratado de Viena.

Observa-se que a incursão da França na Guiana só ocorreu em 1626, mais de um século após às incursões portuguesas no Brasil, em 1500. O historiador Mam Lam Fouc (2002) acredita que houve desinteresse dos franceses em colonizar a Guiana e que a oportunidade somente foi considerada devido ao descaso dos impérios português e espanhol com a região.

No entanto, o ápice das dificuldades enfrentadas pelo colonizador para povoar a Guiana ocorreu em 1764, quando a França organizou uma campanha que arremontou aproximadamente 12.000 franceses para povoar Kourou, região a oeste de

Caiena. Esse empreendimento, visto como um ambicioso projeto de colonização, resultou num verdadeiro fracasso, consoante Mam Lam Fouck (2002), as intempéris da viagem e as más condições climáticas e de alimentação devastaram quase todos em menos de um ano.

Para escapar da morte, aproximadamente 60 famílias refugiaram-se nas Îles du Salut (Ilhas da Salvação), próximas a Kourou, de onde foram resgatadas. “O fracasso completo dessa iniciativa, associado aos inúmeros fracassos anteriores, fez a região da Guiana ficar conhecida como *‘enfer vert’* (inferno verde)” (DUARTE, 2016, p. 4). Após esse episódio malogrado, a Guiana Francesa tornou-se símbolo de morte para o europeu, fato que contribuiu para desestimular quaisquer tentativas de povoamento por parte da França. Essa dificuldade impactou o comércio de africanos escravizados na região devido à escassez de colonizadores. Cavlak (2016, p. 4) esclarece que “[...] a Guiana recebeu somente uma ínfima parte do pujante fluxo de escravos”.

Esses fatores impactaram na colonização da Guiana, ao tempo que a impuseram o tipo de propriedade predominante, o de pequenas propriedades, se comparadas com as *plantations* do Caribe e de São Domingos (atualmente Haiti). Por conseguinte, o uso de escravizados⁹ na Guiana, segundo o historiador Mam Lam Fouck e o etnomusicólogo Anakesa (2013, p. 11), era predominantemente em serviços domésticos e pequenas produções de algodão, açúcar ou urucum. Os autores consideram que esse modo de cultura de subsistência foi necessário à sobrevivência da colônia, além de servir como forma de contribuição para a riqueza de sua metrópole, em virtude da escassez de mão de obra escravizada.

Em 1794, decretou-se a abolição da escravidão, em pleno contexto revolucionário na metrópole francesa e em meio à pressão representada pelos escravizados em São Domingos, que refletia por todas as colônias os ideais independentistas franceses (GILROY, 2001). De acordo com Marques de Saes (2013, p. 125), “[...] a emancipação jurídica dos escravos não deu lugar a um regime de liberdade plena, mas sim a sistemas de trabalho destinados a garantir a continuidade da produção colonial”.

Esses sistemas que giravam em torno da aplicação concreta da abolição e uma série de fatores históricos muito complexos para serem abordados em um simples artigo, resultaram no restabelecimento da escravidão por Napoleão em 1802. Para escapar à escravidão, muitos negros fugiram para o interior da Guiana, reforçando as colunas da *marronage*, prática de resistência semelhante aos quilombos no Brasil. Essa fuga agravou a situação da já debilitada economia guianense, deixando os colonos franceses em situação cada vez mais difícil de sobrevivência.

A abolição definitiva da escravatura ocorreu em 1848 e marcou a ruptura de um sistema social baseado na desigualdade de raças e de condições, na tentativa de incorporar nas colônias através da educação formal, os princípios proclamados pelo lema da Segunda República, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, e ao mesmo tempo conceder aos recém-libertos a cidadania francesa, com o intuito de apagar as desigualdades perpetradas pelo sistema escravagista durante séculos.

Mam Lam Fouck e Anakesa (2013) classificaram esse ato como crucial para a identidade da Guiana como colônia, isso porque, além de provocar uma intensa ruptura social, com o fim da escravidão, conforme aduz Souza (2012, p. 136), “[...] houve o quase desaparecimento dos brancos na Guiana”. Muitos colonos desistiram de suas *habitations*

e regressaram para a metrópole, fato que impactou significativamente a identidade *créole* na Guiana Francesa, visto que:

[...] esta decisão política teve repercussões a longo prazo na maneira de pensar sobre o futuro da colônia. Com o desaparecimento de classe de 'brancos' após a abolição da escravatura e a introdução do sufrágio universal, os velhos libertos e a massa de antigos escravos, bem como seus descendentes, agora estavam livres para aproveitar o poder político na colônia (MAM LAM FOUCK; ANAKESA, 2013, p. 14).

Com o retorno dos colonos brancos à metrópole, os crioulos mestiços, os homens livres de cor (africanos livres) e os negros libertos, que permaneceram na capital, se tornaram cossignatários da estrutura política e administrativa, das plantações e das casas dos antigos colonos na Guiana. Essa "nova classe dominante" assumiu o modo de vestir e os hábitos do colonizador francês como consequência de um intrincado e complexo fenômeno de aculturação e assimilação, resultante, dentre outros fatores, da aplicação do princípio da igualdade francês de modo universalista e abstrato e a injeção maciça dos valores franceses através da educação formal, que será tratado mais adiante neste artigo.

Outro fator relevante na confecção da identidade *créole* foi a decisão da França de enviar presos políticos para a Guiana e posteriormente presos comuns, condenados a trabalhos forçados, que se intensificou a partir de 1797, auge da Revolução Francesa. Duarte (2016, p. 5) assevera que as prisões na Guiana tinham a finalidade de afastar os opositores do regime de Napoleão: "Eram enviados para prisões no interior do território guianense, onde boa parte acabava morrendo de fome ou de doenças" ou enlouquecendo.

Essa nova função carcerária da Guiana operou de forma distinta no imaginário da população europeia e da recém-formada elite guianense. No universo europeu, sedimentou de vez a impressão de que a Guiana era um lugar de morte e degradação, devendo, portanto, ser evitada. Para a nova elite *créole*, reforçou o sentimento de pertencimento à cidadania e à superioridade da cultura francesa recém-adquiridas, quando ela, outrora a base do sistema escravocrata e ainda conservando em si a memória do sofrimento inerente à escravidão, passou a receber milhares de europeus como prisioneiros, em condições degradantes e posição subalterna, agora como administradora da Guiana e do sistema carcerário.

Para Souza (2012), a implantação das colônias penais simbolizou mais uma tentativa fracassada de colonizar a Guiana, pois elas representavam para a metrópole, a possibilidade de desenvolvê-la economicamente através dos trabalhos forçados dos prisioneiros, bem como o esvaziamento de forças políticas indesejáveis aos ideais revolucionários no continente. Esse modelo colonizador impactou de forma significativa a consciência do francês e do *créole*, como também da comunidade europeia em geral, por subverter as estruturas de poder que serviam de base para a escravidão negra, ou seja, a ideia de inferioridade de negros e indígenas em relação aos europeus.

Esse trauma se materializou principalmente de duas formas: na brutalidade do encarceramento e na servidão imposta a europeus degredados para trabalhos forçados na Guiana. O complexo penitenciário da Guiana é lembrado pela crueldade e desumanidade a que os presos eram submetidos, destacando-se o presídio de Caiena e o da Ilha do Diabo, composto de três ilhas, bem como o de *Saint-Laurent-du-Maroni*¹⁰.

De acordo com Souza (2012, p. 134), “[...] os campos de prisioneiros perduraram na Guiana por quase um século (1852-1946) e produziram consequências que repercutiram ao longo do século XX”, isso porque muitos não puderam retornar à metrópole depois de cumprida a pena e ficaram perambulando pelas ruas de Caiena, obrigados a sobreviver desempenhando toda a sorte de trabalhos. Em entrevista realizada em 2019, uma de nossas colaboradoras, professora Angelim¹¹, ressalta que “[...] os antigos contavam que era muito comum esses ex - presidiários (brancos) andarem pelas ruas com baldes nas costas para recolher as fezes das residências e/ou servirem como empregados domésticos à nova elite *créole*, negra”.

A fala da interlocutora sintetiza o contato da recém-formada classe *créole* com o branco europeu no decorrer de um século após a abolição na França (1848), o que influenciou profundamente a formação da identidade guianense. A partir das prisões e trabalhos forçados de europeus na Guiana e, posteriormente, do abandono desses após o fechamento definitivo do complexo penitenciário da Ilha do Diabo (1946), houve uma mudança, ainda que artificial e localizada, das relações de poder, invertendo-se a estrutura binária dominador (branco) e dominado (negro, indígena) ao apresentar a figura do ex-presidiário branco que perambulava faminto e desconectado de sua rede de relações, obrigado a sobreviver realizando trabalhos braçais, por vezes considerados humilhantes.

Com a descoberta do ouro, em 1855, que atingiu o auge entre 1910 e 1930, com a extração de mais de 4.500 quilos por ano, em plena 1ª Guerra Mundial, a atividade extrativista se tornou a base da economia guianense e a principal fonte de manutenção das reservas financeiras da França durante a guerra. Mam Lam Fouck e Anakesa (2013, p. 14), explicam que “[...] ansioso de se mostrar um francês credível aos olhos do francês metropolitano, o patriotismo se torna um dos valores dominantes para os *créoles*”. Além de fortalecer o orgulho e o pertencimento à cultura francesa, através de políticas educacionais, em que a métrica era o europeu, serviu para reforçar o fenômeno de aculturação e exacerbação dos valores franceses, o qual o autor denominou de “assimilação”.

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ASSIMILAÇÃO CULTURAL NA SOCIEDADE GUIANENSE

A gênese social da Guiana foi marcada sobretudo pela evasão dos colonos europeus e posterior retorno na condição de prisioneiros. Uma série de políticas públicas adotadas pela França, especialmente nos campos educacional e cultural, cujo objetivo principal era dominar a sociedade guianense através da injeção maciça dos hábitos e da cultura francesa, resultou num intrincado processo de aculturação e imersão nos valores europeus pelo guianense. É pertinente destacar que embora existam assimetrias nas trocas culturais entre povos opressores e oprimidos, não existe imersão completa nos valores do opressor. Do ponto de vista das discussões da antropologia, por exemplo, o oprimido precisa reelaborar, a partir dos seus esquemas

conceituais prévios, os valores transmitidos pelo opressor, o que resulta em uma nova identidade, influenciada pelo opressor, mas também pela sua identidade anterior.

Mam Lam Fouck considera que essa injeção maciça da cultura francesa através da educação formal foi uma decisão política que produziu

[...] repercussões a longo prazo na maneira de pensar sobre o futuro da colônia. Com o desaparecimento de classe de 'brancos' após a abolição da escravatura, e a introdução do sufrágio universal, os velhos libertos e a massa de antigos escravos, bem como seus descendentes, agora estão livres para aproveitar o poder político na colônia. Esses 'homens de cor' consideram a França como um país excepcional. Eles agora a reconhecem como sua pátria. Sob a Terceira República (1875-1940), seus porta-vozes (representantes eleitos, membros de associações culturais, dirigentes sindicais, escritores, professores da escola [...] de bom grado louvam seus méritos. Em nome dela, guianenses lutam pelo que chamam 'Assimilação' (MAM LAM FOUCK, 2002, p. 5).

O fenômeno da assimilação expressa a aplicação do princípio da igualdade francês, aliado às políticas educacionais ao extremo de anular as individualidades culturais e históricas do povo colonizado, que, ao invés de produzir uma sociedade justa e igualitária, reproduz as desigualdades e hierarquizações típicas dos sistemas coloniais, ao tempo que dissimula os valores culturais dos demais componentes fundantes da sociedade guianense.

Com efeito, a introdução maciça dos ideais capitalistas, baseados no consumo em uma sociedade recém-saída da escravidão, ansiosa por desfrutar de sua nova posição social, proporcionou a manutenção da ordem social na colônia por quase um século sem que houvesse a necessidade de maiores investimentos em segurança no território guianense, configurando-se uma evolução do sistema colonial que perdura até os dias atuais.

Mirtho Linguet, escritor, artista e ativista guianense considera que para o novo sistema, era mais "proveitoso que vigiar os corpos. Isso é ideologia! O guianense entoava canções durante as guerras. Na cabeça dele, ele é francês! Isso começou a mudar recentemente, porém boa parte dos guianenses tradicionais ainda nutre essa devoção pela França!" (ENTREVISTA, 2019).

Essa marcha ideológica de dominação afetou de maneira profunda o imaginário da Guiana, a ponto de os guianenses estarem dispostos a morrer pela pátria francesa como voluntários nas guerras mundiais (1914-1918) e (1939-1945), "[...] numa demonstração concreta da assimilação total dos valores e ideais franceses", na óptica de Mam Lam Fouck e Anakesa (2013, p. 15).

Esse processo opera de forma tão violenta no imaginário *créole* que levou Paul Dijoud, secretário de Estado francês, a reconhecer, em entrevista ao jornal *Le Monde* em setembro de 1979, que:

Nós cometemos durante muito tempo o erro de pensar que apenas a injeção maciça de cultura francesa e do exterior fortaleceria a

participação das populações, especialmente os jovens para a França [...]. A mutilação causada que tem sido muito longa por negar o valor da cultura *crioula*, a cultura polinésia ou *Canaque* parece ultrapassada para mim (MAM LAM FOUCK; ANAKESA, 2013, p. 15).

Um dos reflexos do processo assimilacionista na Guiana foi o que Munanga (2004, p. 41) classificou como “sub-racismo” ou racismo derivado, formulado pelo autor como a interiorização e perpetuação do racismo original, o “racismo branco”. O *créole*, além de adotar a maneira de se vestir e de falar e até mesmo os hábitos alimentares do colonizador francês, passou a enxergar os demais grupos sociais como inferiores, uma vez que esses grupos não compartilhavam, da mesma maneira, os ideais franceses e insistiam em manter suas tradições e liturgias alheias à modernidade pós-colonial (GILROY, 2001).

Dentre esses grupos, os *Bushi Conde Sama* que se refugiaram às margens do rio Maroni e que até hoje mantêm suas tradições. Isoladas por muito tempo, essas comunidades sofreram uma dupla discriminação: em contato com o *créole* e com o branco, por resistirem à visão “assimilacionista”, por não dominarem perfeitamente o idioma e por resistirem à educação francesa como única forma de educação. A problemática é percebida e explicada nos trechos das entrevistas que realizamos com o senhor Ipê-Roxo, chefe Boni/Djuka de Kourou - Comunidade Bushi Conde Sama, localizada na Village Saramaca/Kourou:

As crianças, quando vão às escolas, sentem o impacto da educação que receberam em casa com a educação formal francesa. Esse contato é, muitas vezes, traumático, pois põe em confronto todo o sistema de valores morais e religiosos dos povos da mata 'Bushi Conde Sama', seus cultos aos Obiás¹², seus ritos e tradições com o sistema francês (escolar) baseado nas religiões cristãs (IPÊ-ROXO, 2019).

Nas palavras do ativista e produtor cultural guianense de São Jorge do Oiapoque, Sucupira, entrevistado em 2019, “Essa valorização do nosso povo (Saamaka) é coisa recente, porque antes, quando íamos às escolas, éramos alvos de piadas: ‘Olha lá, nem sabe falar (o francês)! Volta para o mato!’, diziam. Muitas vezes, nem dava vontade de voltar à escola”.

Observamos outra face do sistema de dominação e aculturação: o sistema educacional aplicado nas escolas da Guiana, isso porque a base curricular, o idioma, o calendário escolar e a administração do sistema educacional são definidos por normativas expedidas pelo Ministério da Educação Nacional Francês de forma uniforme para toda França (CLEAVER, 2005), sem considerar a especificidade social e geográfica da Guiana.

O currículo elaborado com bases e concepções cristãs, a despeito da laicidade formal do Estado, destoa da realidade social guianense, promovendo a ruptura do modelo social dos povos *Bushi Conde Sama*, que tradicionalmente reservam à família a competência de educar a prole.

Nesse modelo, Cleaver, (2005, p. 133) explica que a educação formal serve para “[...] criar as condições de uma assimilação rápida dos valores da pátria-mãe, tais como: o

respeito à propriedade, o gosto pela poupança, o esforço e o desejo de criar uma família e de educar os filhos”, numa perspectiva eurocêntrica sem considerar a localização geográfica, os cotidianos, a diversidade de ecossistemas, pessoas e culturas dos povos amazônicos. Desse modo, a educação exerce duplo papel de controle: o papel de manutenção da ordem social através da injeção maciça dos ideais e valores franceses e o papel “civilizatório”, que visa destruir o sistema de crenças das populações negras através dos preceitos cristãos.

Ao analisar os dados do INSEE (2019) é possível inferir que o objetivo educacional proposto para a Guiana não prioriza o desenvolvimento da região. Essa afirmação decorre da análise dos dados agregados que estimam que, em cerca de 85% dos casos, a principal justificativa apresentada pelas empresas para o não recrutamento de guianenses é a “competência não presente na Guiana”, ou seja, a falta de qualificação ou a pressuposição da incapacidade do guianense de exercer atividades complexas.

Em contrapartida, devido à pressão exercida nos preços dos produtos, altos em comparação aos praticados na metrópole em razão dos custos de importação, o governo central estipulou uma bonificação de 40% nos salários dos funcionários públicos que exercem atividades na Guiana. Por um lado, favoreceu a saúde financeira e o poder de compra do *créole*, por outro contribuiu para estimular a imigração de franceses metropolitanos em busca de colocação profissional, sobretudo a partir da criação do centro espacial em *Kourou*, agravando os elevados índices de desemprego na Guiana, que representavam o dobro se comparados aos índices da França metropolitana.

Essa sobrevida financeira e a força da moeda europeia induziu durante décadas no espírito do guianense sua pretensa hegemonia e superioridade sobre os demais segmentos da sociedade e demais povos sul-americanos, estabelecendo conflitos que a dividiram cada vez mais, a ponto de inviabilizar a construção de uma identidade nacional. Nesse sentido, utilizamos o pensamento de Du Bois (GILROY, 2001) para considerar que a Guiana se apresenta como um caleidoscópio de identidades fragmentadas que se enxergam e se reconhecem por intermédio da imagem do colonizador francês:

Depois dos egípcios, dos gregos e romanos, teutônicos e mongólicos, o negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e dotado de uma visão neste mundo americano – um mundo que não lhe concede nenhuma consciência real de si, mas apenas o deixa que veja a si mesmo por meio da revelação do mundo do outro. É uma sensação peculiar, esta dupla consciência, este sentido de sempre olhar para o próprio eu por meio dos olhos dos outros, de medir a própria alma pela fita métrica de um mundo que o olha com divertido desdém e pena (GILROY, 2001, p. 263).

A perversidade da assimilação produziu, dentre outros efeitos, uma espécie de “esquizofrenia nacional”, fortalecendo a tendência de valorizar tudo o que é francês, ao passo que reproduziu em solo guianense uma severa estratificação social, de raça e de origem, tendo como resultado uma sociedade cada vez mais desigual.

RAÇA E RACISMO: A BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

Abordar o tema raça e racismo na Guiana mostrou-se uma tarefa difícil, principalmente na perspectiva *créole*. Mesmo após estabelecermos uma relação de confiança com nossos interlocutores, permanecia o receio sobre o alcance, os usos e as possíveis interpretações de suas palavras. Observamos em algumas narrativas e atitudes conotações que depunham contra o ideal simbólico de que “todos eram efetivamente iguais”. Essa inquietude no espírito do guianense era tangível e se irradiava em todas as relações sociais e, dependendo do referencial adotado, assumia novas cores e conotações.

A resistência de falar sobre o racismo não era por não o perceber nas relações sociais, mas sim pelo receio de serem associados a grupos subversivos e, por isso, prejudicados de alguma maneira no trabalho e nos círculos sociais, conforme constatamos através das falas dos sujeitos da pesquisa. Apesar de repetirem à exaustão o mantra da igualdade, vários desses interlocutores afirmaram ter vivido ou presenciado situações em que a cor da pele os tornava estrangeiros em seu país. Na percepção deles, o racismo, às vezes, escamoteava-se de formalidades ou protocolos de segurança, para submetê-los a situações que, *a priori*, não eram exigidas dos franceses brancos, revelando-se contradição entre as relações cotidianas e os pressupostos de igualdade formal largamente difundidos.

Questionada sobre a existência de racismo na Guiana, nossa colaboradora Angelim (2019) nos fulminou com as seguintes palavras: “Vocês já viram francês negro? O francês sabe muito bem de onde ele veio, sabe quem ele é, e ele não é negro, o guianense se considera francês, mas, muitas vezes, é motivo de piada na França, pois o francês o olha com desconfiança e desdém”. Essas afirmações carregam toda contradição, tal qual ocorre no Brasil, da efetividade da igualdade francesa, entretanto, as discussões sobre raça e racismo são incipientes na dinâmica social da Guiana, principalmente do *créole*, que durante muitos anos assimilou, de forma irrestrita, através da educação formal, a cultura e os ideais franceses.

Em 2019, Angico, um interlocutor guianense, poliglota e educador social, contou-nos em entrevista que não havia percebido racismo até chegar em Paris, de onde seguiria para Marselha com a finalidade de concluir seus estudos, mas observou, já no aeroporto, que apenas pessoas negras eram revistadas, fato que lhe causou profunda indignação. Já em Marselha, os comerciantes sempre lhe exigiam o passaporte e quase sempre demonstravam espanto ao constatar que se tratava de um “cidadão francês”. Revela que após esse episódio, passou a perceber como a estratificação racial afetava as relações socioeconômicas na Guiana como fatores de exclusão para a população negra em diversos campos, pois, nas palavras do entrevistado:

Existe o racismo, mas é diferente do Brasil. Aqui na Guiana a maioria da população é negra e o racismo é mais vivenciado com os brancos que vêm da França, que estranham a quantidade de negros. Mas é nas relações de trabalho que estas diferenças se tornam mais visíveis, pois, entre um francês e um guianense com a mesma qualificação, o francês sempre é escolhido, sobretudo para ocupar os maiores cargos (ANGICO, 2019).

Os dados estatísticos não consideram a variável raça na composição dos índices oficiais sobre mercado de trabalho. A explicação do INSEE (2019), sobre a preferência pelo francês é que a indexação de 40% nos salários para compensar os altos custos de importação de alimentos na Guiana, combinada com o aumento de desemprego na França metropolitana, tornaram mais atrativos os deslocamentos de franceses para desempenharem atividades públicas, principalmente de gestão, no centro espacial e na educação.

O fato é que essa imigração elevou o índice de desemprego na Guiana para exorbitantes 22% da população¹³, impactando significativamente mulheres e jovens guianenses. Oficialmente, o INSEE (2019) estima que, em 85% dos casos de recusa de postos de trabalho, a principal justificativa para “o não recrutamento seria a competência não presente na Guiana”, ou seja, a falta de qualificação.

Nossos interlocutores apontaram de forma recorrente que os franceses se referiam aos guianenses como “um bando de macacos, preguiçosos, negros tontos, imprestáveis, burros”. Extrai-se desses apontamentos haver condições impeditivas de acesso aos postos de trabalho que extrapolam a alegada desqualificação profissional. A ausência do recorte racial nos dados estatísticos, alinhada a discursos eurocêntricos abstratos e universalistas e à distância geográfica da Guiana em relação à França, dificulta a formulação das políticas públicas e privadas que abordem eficientemente essas singularidades. Ainda, segundo Angico (2019), a França se mostra indiferente aos problemas sociais da Guiana e “[...] existe a crença de que ela (a França) sustenta a Guiana por meio de políticas assistencialistas, fato que contribui significativamente para a sensação de descaso e de abandono pela ‘pátria-mãe’”, experimentada atualmente pelos guianenses. Todavia, as discussões sobre racismo na Guiana são feitas em tom quase confessional, isso decorre, dentre outros fatores, das interpretações abstrata e generalista do princípio da igualdade, que dificulta discuti-lo nos ambientes públicos e acadêmicos.

O escritor Jacarandá (2019), guianense, *créole*, nos contou em entrevista, com certa nostalgia, que havia se mudado para o Suriname, onde exerce atividade comercial, porque a Guiana já não era mais aquela sociedade *glamourizada* de antes, e se sentia como um estrangeiro na sua própria cidade ao se deparar com a invasão de imigrantes, os quais não comungavam com os ideais da sociedade guianense, ou seja, do modo de vida francês.

A complexidade racial e existencial do *créole* reflete os conflitos e contradições presentes na sociedade guianense e assemelha-se, de certa forma, às estratégias de sobrevivência adotadas pelo povo negro brasileiro ao longo dos séculos. (Munganga, 2004).

Constata-se que, dentre os povos guianenses, o *créole* apresenta maior resistência em abordar temáticas tendentes a reforçar a identidade sociorracial e cultural que distancie da noção de *francesidade*. Essa resistência não decorre apenas de fatores subjetivos, significa também uma estratégia adotada na tentativa de manter um *pseudo status* social, semelhante ao personagem Kalimbo de Chocoutou¹⁴, que adota na identificação com o senhor branco uma estratégia para tomar-lhe o lugar, por considerar que, “[...] para se libertar, é necessário se tornar o outro” (CLEAVER, 2005, p. 25), em

oposição à estratégia dos *noir marrons*, que enxergavam na luta e na preservação da sua identidade racial e cultural o caminho da emancipação.

Sobre a perspectiva da identidade racial do *créole*, a instalação do Centro Espacial Guianês (CSG) em *Kourou* significou novo ponto de ruptura social, uma vez que foi utilizada no projeto, quase que exclusivamente, mão de obra “estrangeira”, produzindo como resultado uma severa divisão georracial, definida por Cleaver (2005, p. 75) como a “[...] expiação da síndrome de *Kourou*”, por significar, segundo a autora, “[...] o retorno do colonizador europeu à Guiana”.

Esse colonizador regresso, no entanto, não interage com os demais habitantes da Guiana, isolados, inclusive fisicamente. Souza (2012, p. 128) descreve as habitações dos franceses metropolitanos em *Kourou* como “[...] o arquétipo das cidades europeias”. Separadas por cercas e alambrados dos assentamentos ameríndios, dos habitados pelos *Bushi Conde Sama* e pelos milhares de imigrantes ilegais, configura-se uma ilha de “branquitude” na Guiana, acirrando, por meio dessa segregação, a estratificação espaço-racial, além de ocupar, quase que exclusivamente, os empregos no centro espacial, que atualmente representa 15% de toda a riqueza produzida na Guiana (INSEE, 2019).

Sem intenção de permanecer na Guiana e de se envolver com os problemas socioculturais dela, esses “estrangeiros” desconhecem os hábitos dos guianenses e passam a hostilizá-los a partir de sua característica racial e de seus hábitos amazônicos, como a prática da sesta após o almoço, hábito comum na região amazônica devido às altas temperaturas.

No mundo moderno, em que as relações sociais se baseiam em modelos hierarquizantes de raça e de classe, apenas a supressão normatizada das discussões de um desses elementos estruturantes da sociedade se mostra insuficiente para eliminar as desigualdades geradas por eles durante séculos. Diante da degradação social intensificada por elevados índices de imigração¹⁵, desemprego e violência, que desestabilizaram as estruturas sociais da Guiana, afetando todas as camadas sociais, irromperam-se os movimentos sociais de março e abril de 2017.

Comandadas pela União dos Trabalhadores Guianenses (UTG) e pelos *Les 500 frères* (os 500 irmãos), milhares de guianenses aderiram à greve geral, que paralisou atividades estratégicas para a França, como as atividades do centro espacial e as exportações de ouro, levando a Guiana a experimentar, nesse período de reivindicações, a união e a comoção social precursoras da independência e da formação identitária. Contudo, o monitoramento silencioso dos líderes dos movimentos sociais pela *Gendarmerie Nationale* (polícia nacional francesa), descrito em entrevista por nosso colaborador Sucupira (2019); a condição dos imigrantes, baseada em relações econômicas e assistenciais com a França, portanto divergentes da ideia de descolonização da Guiana; e, por fim, o sentimento de pertencimento e assimilação aos ideais franceses, demonstrados pelos *créoles*, contribuíram para o silenciamento do movimento no período em que realizamos a pesquisa.

Cabe apontarmos que as manifestações sociais de 2017 se mostraram interessantes para fortalecer os movimentos identitários e culturais com potencial para cimentar a identidade fragmentada da Guiana, visando à formação de uma coletividade única, sintetizada na figura do “novo *créole*”¹⁶, capaz de harmonizar a convivência das diferenças étnico-culturais para a consecução de um objetivo comum. Uma maior autonomia da gestão educacional na Guiana figurou dentre as reivindicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma história ímpar em termos de colonização, a Guiana representa um caldeirão efervescente de diversidade étnica e cultural, sufocada pela aplicação abstrata e universalista dos princípios revolucionários franceses, que, no contexto, servem para validar desigualdades sociais e inviabilizar discussões sobre direitos. No sistema educacional, exerce duplo papel de controle: o de manutenção da ordem social e o papel “civilizatório” que suprime as identidades negras, ao tempo que privilegia a hegemonia cultural francesa.

Como ponto de partida e de chegada, verificamos que o princípio da igualdade, utilizado de maneira abstrata e universalista, alinhado a discursos eurocêtricos e distantes da realidade geográfica, social e racial da Guiana em relação à França, também serve para validar desigualdades sociais e inviabilizar discussões cruciais na formulação de políticas públicas educacionais que abordem de maneira eficiente as singularidades da sociedade guianense.

Apenas a supressão normatizada das discussões de um desses elementos estruturantes da sociedade, a raça, se mostra insuficiente para eliminar as desigualdades geradas durante séculos. A Guiana atualmente representa um caldeirão efervescente de diversidade racial, étnica e cultural, ainda incipiente nas discussões sobre raça e racismo. Mas, percebemos nos movimentos sociais de março de 2017 a formação de uma “massa crítica social” formada inclusive por atores sociais que reivindicavam a construção de uma Guiana justa e equânime.

Artigo recebido em: 14/01/2023
Aprovado para publicação em: 19/06/2023

EDUCATION AS AN INSTRUMENT OF CULTURAL ASSIMILATION IN GUYANIAN SOCIETY

ABSTRACT: The article aims to provoke a reflection about the French educational system, which was based on the principle of equality. This principle, when applied in a universalist and abstract way, comes to be considered a system of domination and acculturation, as well as failing to enable the formation of an identity. In the case of Guyana, the discussions go beyond race and racism. We used qualitative research, semi-structured interviews and observation in data collection. The research revealed that this principle applied in an abstract way makes discussions about rights, race and racism unfeasible, in addition to producing social inequalities. In the educational system, it plays a dual control role: that of maintaining social order and the “civilizing” role that suppresses black identities, while favoring French cultural hegemony.

KEYWORDS: Education; Guyane; Principle of Equality; Racism.

LA EDUCACIÓN COMO INSTRUMENTO DE ASIMILACIÓN CULTURAL EN LA SOCIEDAD DE GUYAN

RESUMEN: El artículo pretende provocar una reflexión sobre el sistema educativo francés, que se basaba en el principio de igualdad. Este principio, cuando se aplica de manera universalista y abstracta, pasa a ser considerado un sistema de dominación y aculturación, además de no posibilitar la formación de una identidad. En el caso de Guyana, las discusiones van más allá de la raza y el racismo. Utilizamos investigación cualitativa, entrevistas semiestructuradas y observación en la recolección de datos. La investigación reveló que este principio aplicado de forma abstracta hace inviable la discusión sobre derechos, raza y racismo, además de producir desigualdades sociales. En el sistema educativo, juega un doble papel de control: el de mantener el orden social y el papel "civilizador" que suprime las identidades negras, mientras favorece la hegemonía cultural francesa.

PALABRAS CLAVE: Educación; Guyana; Principio de Igualdad; Racismo.

NOTAS

1 - Resultado de pesquisa de Pós-Doutorado em Educação que deu origem à investigação na Guiana (2018-2020), aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Parecer: 3.621.933.

2 - A França é uma República indivisível, *laica*, democrática e social. Assegura a igualdade de todos os cidadãos perante a lei *sem distinção de origem, raça ou religião. Respeita todas as crenças.*

3 - Visita ao supermercado da rede Carrefour em janeiro de 2019, às 15 horas.

4 - Nossa interlocutora, guianesa, professora e mãe de três filhos, afirma que os serviços públicos de saúde francês, são de excelente qualidade, atendem desde a atenção primária à saúde até intervenções mais complexas.

5 - Em concordância com Cleaver (2005), o termo "crioulo" no Brasil possui muitos significados, de forma que optamos pelo uso da categoria nativa "*créole*", em referência ao guianense.

6 - Os chefes *Boni e Saamaka*, nos informaram que os termos "*noir marrons*" (pretos fugidos) "*bushinengués*" (povos da floresta) são pejorativos utilizados pelos colonizadores franceses. Eles se denominam *Bushi Conde Sama*, que significa "As pessoas que vivem na mata", motivo pelo qual adotamos essa terminologia.

7 - A Lei nº 2011-871, de 27 de julho de 2011, criou a Coletividade Territorial da Guiana (CTG), que detém poderes de departamento e de região, dando-lhe uma dimensão política.

8 - O crioulo guianês é uma língua extraoficial que surgiu da interação dos africanos escravizados, dos africanos livres (homens de cor livres) e dos colonos franceses na Guiana. É a língua familiar de aproximadamente um terço da população e recebe influências dos imigrantes haitianos e surinamenses que falam o crioulo com algumas variações resultantes do contato com outros idiomas, como, por exemplo, o português e o espanhol.

9 - Preferimos utilizar a palavra escravizados por considerar que a escravidão foi uma condição temporária, e não um estado subjetivo dos povos africanos.

10 - Relatos do cotidiano das prisões coloniais foram objetos do livro escrito por Henri Charrière, adaptado para o filme *Papillon: fuga impossível*.

11 - Para preservar nossos colaboradores, iremos designá-los por nomes de madeiras da região amazônica.

12 - Espíritos dos rios.

13 - Os franceses (brancos) já chegam empregados na Guiana e concentram suas atividades principalmente no centro espacial, sendo irrisória a participação desse segmento nos índices de desemprego (INSEE, 2019).

14 - Personagem de *Le Nègre du Gouverneur*, da obra *Littérature et esclavage: quelques considérations*. Chocoutou, segundo Cleaver (2005), era visto como o arquétipo do negro dócil e submisso.

15 - Estima-se que em 2050 a Guiana terá 428.000 habitantes, quase o dobro da população atual. Esse contexto desconsidera o imigrante ilegal.

16 - Decorrente da união de todos os povos que habitam a Guiana em torno de uma identidade comum, que não se confunde com nenhuma das citadas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. G. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro**. Brasília, DF: Senado, 2001.

BRASIL. **Obras do Barão do Rio Branco III: questões de limites – Guiana Francesa primeira memória**. Brasília, DF: Alexandre de Gusmão, 2012.

CAVLAK, I. História da Guiana Francesa. Do início da colonização até a invasão portuguesa de 1808. In: **Encontro Internacional da ANPHLAC**, 12, 2016, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UFMS, 2016.

CLEAVER, A. J. T. **“Ni vue, ni connue”**: a construção da nação na Guiana Francesa. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

DUARTE, G. R. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. **Confins**, [s. l.], n. 28, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11072>. Acesso em: 08 ago. 2023.

FRANÇA. **Constituição (1958)**. Disponível em: https://www.conseil-constitutionnel.fr/sites/default/files/as/root/bank_mm/portugais/constitution_portugais.pdf. Acesso em: 27 maio 2019.

GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Candido Mendes, 2001.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUE -INSEE. Guyane. **INSEE**. 2019. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1984.

VIDEIRA, P. L.; VASCONCELOS, J. C.; CUSTÓDIO, E. S.; VIEIRA, E. F.

MAM LAM FOUCK, S. **Histoire générale de la Guyane Française**. Matoury – Guiana Française: Ibis Rouge, 2002.

MAM LAM FOUCK, S.; ANAKESA, A. **Nouvelle histoire de la Guyane: des souverainetés amérindiennes aux mutations de la société contemporaine**. Matoury – Guiana Française: Ibis Rouge, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES DE SAES, L. A. A primeira abolição francesa da escravidão (4 de fevereiro de 1794) e o problema dos regimes de trabalho. **Sæculum**, João Pessoa, v. 29, p. 125-143, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/19812/10947>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MINAYO, M. C. de S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, C. B. G. Territorialidades étnicas e identidade nacional: o caso da Guiana Francesa. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 7–22, 2011. DOI: Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7331>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PIEIDADE LINO VIDEIRA: Mestra e doutora em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Eixo temático de pesquisa: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Linha teórica: Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-Raciais. Professora adjunta da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), lotada no curso de Pedagogia. Integra o corpo docente do mestrado em Educação da UNIFAP. Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa, Extensão e Intervenção em Corporeidade, Artes, Cultura e Relações Étnico-Raciais com Ênfase em Educação Quilombola, CNPq.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5325-9073>
E-mail: pieidadevideira08@gmail.com

JOSÉ GERARDO VASCONCELOS: Pós-doutor em História da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Núcleo de História e Memória da Educação (NHIME).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0559-2642>
E-mail: gerardovasconcelos1964@gmail.com

ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO: Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Teologia pela Faculdades EST, em São Leopoldo/RS. Atualmente é professor substituto na Universidade Estadual do Amapá (UEAP) e professor coorientador no Doutorado em Educação da Amazônia (EDUCANORTE). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais, CNPq.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5347>

E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

ÊNILTON FERREIRA VIEIRA: Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Administrador e Advogado. Possui experiência na área de administração pública, com ênfase em contabilidade e finanças públicas e auditoria. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa, Extensão e Intervenção em Corporeidade, Artes, Cultura e Relações Étnico-Raciais com Ênfase em Educação Quilombola, CNPq.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1875-8843>

E-mail: nilton331@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).